

## **Desafios e perspectivas do financiamento na área de Ciências Humanas e Sociais.**

Tania Regina de Luca/Unesp

Vice-Presidente da Associação Nacional de História (ANPUH)

A diretoria da ANPUH, biênio 2013/2015, sempre teve entre suas prioridades a participação no delineamento de políticas para o conjunto das chamadas Humanidades. Nesse sentido, é importante destacar a atuação coletiva de associações e entidades científicas nacionais da área, por meio do Fórum das Ciências Humanas, Sociais e Sociais e Aplicadas que, em prática até então rara, tem coordenado atividades e proposto ações concretas nessa direção e que incluem, ao lado do problema do financiamento, a regulamentação específica para as CHS no que concerne à ética em pesquisa; ao processo de formação, no âmbito da graduação e da pós; a difusão do conhecimento produzido; à internacionalização; à contribuição para o desenvolvimento do país; à participação em órgãos decisórios das políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação, para citar alguns dos temas mais candentes.

Cabe destacar que em 20 de agosto de 2014 foi realizado, na sede do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o *Simpósio de Ciências Humanas e Sociais nas políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação Contemporâneas*, oportunidade em que se solicitou à Diretoria Executiva do CNPq a criação de uma Diretoria de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas pois, como se sabe, a área está vinculada à integral diretoria de Engenharia, Ciências Exatas, Humanas e Sociais, demanda que foi aprovada pelo Conselho Deliberativo do órgão em dezembro do referido ano, mas cuja implementação ainda depende do aval do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A importância dessa diretoria é bastante evidente: trata-se de aumentar a participação das CHS nos órgãos decisórios da política científica e do fomento, tendo em vista não apenas as necessidades específicas mas também demandas transversais, contribuindo assim para a formulação de mecanismos de regulação, organização e financiamento. Afinal, não basta continuar a repetir, em tom de lamento, o velho adágio, bem conhecido entre os pesquisadores, segundo o qual as verbas para pesquisas em Ciências Humanas são sempre as últimas concedidas e as primeiras cortadas. A atuação

conjunta é fundamental para reverter outros desafios, como o colocado pelo Ciência sem Fronteiras que, a despeito da bela denominação, é bastante excludente e está longe de inserir, de maneira ecumênica, todas as áreas de conhecimento.

Especificamente no que tange aos financiamentos, temática privilegiada nessa mesa, não seria difícil apresentar extensa pauta que passa por editais específicos para as CHS, sem diminuição do que já é destinado ao Edital de Ciências Humanas; programas de deslocamento para o exterior que inclua os graduandos da área e que incrementem as oportunidades para os pós-graduandos e os estágios de pós-doutoramento; intensificação das trocas docentes em âmbito nacional e internacional; políticas diferenciadas para os grupos de pesquisa, que incentivem a criação, apoiem a consolidação, sem esquecer das demandas específicas dos já consolidados; enfrentamento da questão das publicações científicas, com revisão dos critérios de avaliação dos periódicos e dos livros produzidos na área; disponibilização de recursos para grandes projetos em rede; aumento das bolsas produtividade em pesquisa para a área, que tem grande demanda reprimida; revisão da política dos fundos setoriais, que não contemplam pesquisas em CHS. Vale lembrar que o país conta com apenas dois fundos transversais – o Verde Amarelo, que rege as relações entre universidades e empresas, e o de infraestrutura, para os melhorias dos Institutos de Ciência e Tecnologia.

Em termos mais amplos, parece muito oportuno o debate acerca dos financiamentos setorializados, que não contempla sequer o multidisciplinar, isso num contexto em que a produção em ciência, tecnologia e inovação caminha no sentido do interdisciplinar e mesmo do transdisciplinar. Trata-se de questão conceitual importante, tendo em vista a forma como se produz o conhecimento no mundo atual, pouco afeita às divisões disciplinares. É difícil imaginar a solução de grandes problemas, das questões hídricas à biotecnologia, ou do biodiesel à inclusão digital a partir da compartimentalização do saber.

Se os desafios no que tange à formação de recursos humanos e a produção do conhecimento comportam um rosário de demandas, não é diferente o quadro quando se trata da Educação Básica, igualmente carente de editais específicos. O cenário atual mostra que programas como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), destinado às licenciaturas em geral, enfrentam sérias dificuldades. Uma delas diz respeito às questões de ordem financeira, pois para o ano de 2015 não há previsão de recursos para custeio, ao que se soma o fato de o sistema continuar, ainda em julho, fechado para substituições, o que coloca em risco a própria existência do programa.

Outra questão diz respeito aos efeitos do programa tanto nos cursos de licenciatura como nas escolas que, segundo os envolvidos, necessitaria de cuidadosa avaliação e ajustes para atingir os objetivos que motivaram sua criação.

Há, ainda, outras situações que merecem atenção. É conhecido o estado dos arquivos, centros de documentação, bibliotecas, museus e instituições culturais de diversas ordens que possuem ou guardam acervos. É fundamental a existência de grandes projetos de digitalização, com vistas à democratizar o acesso à informação. Entretanto, políticas de preservação exigem medidas que vão muito além da mera passagem do papel ao digital.

Há clara defasagem entre digitalizar, que é um processo muito rápido, e tudo o que antecede a digitalização (restauro e higienização, por exemplo) e o trabalho que se segue à passagem pelas potentes máquinas (elaboração de metadados, existência de servidores para armazenar as matrizes, preparação do material para a disponibilização na rede). Mesmo depois de colocado à disposição do público, os originais devem continuar a ser preservados, as matrizes em alta definição guardadas e os softwares constantemente atualizados. Além do mais, é preciso uma equipe de técnicos que garanta que o acervo fique disponível vinte e quatro horas por dia durante todos o ano. Vê-se, portanto, que o processo está longe de terminar com a colocação em sítios na internet, uma vez que é preciso investir, constantemente, em manutenção e atualização tecnológica. É urgente a elaboração de políticas consistentes, que deem acesso à documentação diversificada (filmes, jornais, revistas, documentos históricos, programas de TV, fotografias, cartazes, depoimentos...)

Deve-se saudar o exemplo da Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional, que colabora não apenas com as pesquisas dos especialistas, mas também se constitui em importante ferramenta de ensino-aprendizagem à disposição de professores do Ensino Básico. Entretanto, não se pode perder de vista que o uso de acervos digitais não é que dispense preparação, como bem indica o exemplo da Biblioteca do Congresso dos EUA, que disponibiliza 20 milhões de objetos digitais. A instituição criou um programa pelo qual os seus técnicos visitam instituições culturais e escolas por todo o país para ensinar seus responsáveis, bibliotecários e professores a explorar as potencialidades do acervo, que não tem seu uso restrito aos pesquisadores, mas beneficia amplas camadas e torna realidade a noção de educação patrimonial.

É importante combater a mitologia que cerca das CHS, segundo a qual pelo fato não demandar laboratórios, no sentido estrito do termo, com seus equipamentos e

reagentes caríssimos, a área não precisa de recursos financeiros para realizar suas pesquisas. A noção que aproxima o estudioso das CHS de um monge medieval, que trabalha sozinho em sua cela na formulação de uma grande obra não encontra apoio na realidade contemporânea.

Obviamente não se trata de negar a especificidade da produção do conhecimento nas CHS, bem ao contrário: é preciso afirmar, em alto e bom som, as nossas particularidades epistemológicas e não abrir mão delas diante da acirrada luta em torno da competência científica que, como se diz de maneira mais ou menos explícita, a área seria destituída. Afinal, o que se valoriza socialmente é a chamada ciência capaz de produzir resultados concretos e com dimensão de aplicabilidade bem evidentes, ao que se soma a suposta inferioridade produtiva que acometeria os praticantes das humanidades.

Parece urgente rever os termos das políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação, em particular a questão da formulação das políticas, cujo financiamento é um dos aspectos. É preciso desnaturalizar supostas verdades que circulam nos meios acadêmicos e em órgãos de fomentos, orientadoras dos editais e programas, que penalizam produções de caráter qualitativo, mesmo quando a aplicabilidade da pesquisa é bastante evidente, como ocorre com a Saúde Pública, Segurança, Violência, Desigualdade Social, inclusão digital, segurança alimentar e nutricional, como aliás tem sido relatado pelos especialistas nas temáticas.

Por fim, cabe ainda lembrar a luta da área, desde agosto de 2013, a respeito da questão da ética em pesquisa e os embates com o Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que, só a muito custo, tem conseguido opor-se ao espírito centralizador e homogeneizante e garantir certa dose de autonomia, consoante as implicações éticas específicas das pesquisas que as CHS realizam. É um resultado auspicioso e que evidencia o acerto da estratégia de trabalhos conjuntos, do qual a presente mesa é uma expressão.